



ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA NOVA

Ata da reunião extraordinária da Câmara municipal de Feira Nova-PE, convocada pelo Presidente desta Casa para uma Audiência Pública, no dia 4 de abril de 2022 às 19:30 horas, no Plenário José Alves Dutra, situado na Avenida Valdenice Gomes da Silva número 51, nesta cidade. Foi declarada aberta à Reunião Extraordinária sob a Presidência do Vereador Josenildo Taurino de Paula, secretariado pela Vereadora Josileide Medeiros da Silva e o Vereador Marcelo Coelho da Silva, estiveram presentes os Vereadores, Amauri da Silva França, Túlio da Silva Barros, José Araújo Lima irmão, Bruno Chaves Travassos de Santana, Marcone da Silva Almeida e Edinilce Cândido Gonzaga Pereira . Registrando-se a ausência dos Vereadores Amaro Lúcio Ramalho de Sá e João Alves da Silva. Havendo número regimental o senhor Presidente deu por aberta a reunião, lendo seguinte trecho bíblico em Salmos, Capítulo 73, Versículo 26 que diz: O meu corpo e o meu coração poderão fraquejar, mas Deus é a força do meu coração e a minha herança para sempre, de acordo com o regimento interno no artigo 85. Iniciando aos trabalhos do dia o senhor Presidente convidou o advogado senhor Márcio Roberto Pimentel e o secretário de Finanças da Prefeitura Municipal senhor José Valter Manoel da Cruz, para fazerem parte da mesa. Para tratarmos de assuntos, relacionados a possibilidade de implantação e pagamento de adicional de periculosidade aos guardas municipais. Após o senhor Presidente facultou a palavra, onde usou da mesma, advogado senhor Márcio Roberto Alves Pimentel, boa noite a todos presentes e a população que nós acompanha pelas redes sociais, agradece ao Presidente da Casa Josenildo Taurino de Paula, cumprimentou a Vereadora Josileide Medeiros da Silva, Vereador José Araújo(Daniel), Vereador Amauri, Vereador Túlio Barros, Vereador Edinilce Cândido Gonzaga, Vereador Marconi Almeida (Mancha), Naninha Gonzaga, a todos os Guardas Municipais aqui presentes e o secretário de Finanças Valter Cruz, fala que vai fazer uma breve apresentação, como advogado da associação dos guardas Municipais, dizendo da luta que está tendo pelo Estado de Pernambuco onde a sede é na cidade de Limoeiro. Em dois mil e dezenove tivemos aqui no Município de Feira Nova, mas precisamente na Prefeitura onde nós discutia, debatia, com a congestão atual a possibilidade de implementação e do pagamento do adicional de periculosidade, direito esse previsto tanto no texto na lei orgânica do Município, quanto no estatuto dos servidores daqui do Município de Feira Nova, que é lei quinhentos e quatorze de dois mil e doze, é a lei que rege os direitos dos servidores do Município de Feira Nova. Diante disso, nós tivemos várias tentativas de dialogo, veio a pandemia, nós fomos alegados que aquele não era o momento e fica impedido o Município de conceder o reajuste, sendo que a nossa luta e o nosso debate nunca foi a título de reajuste, foi a título da concessão de um direito que vocês tem é o direito de adicional de periculosidade independente da possibilidade de



reajuste ou não, o agente está discutindo um direito que não compreendo porque a muito tempo não era pago, é um adicional de periculosidade, é esse que garante que aqueles que estão expostos a risco de vida, como vocês aqui hoje, vocês são guardas do patrimônio público, por exemplo alguns prédios públicos, você fica numa situação de vulnerabilidade diante de possibilidade de qualquer uma ação por parte de criminosos. Por exemplo, aqui vou citar uma região próxima, que é a região do Sapo Nu, quem fica ali naquela UBS tomando conta daquele prédio, você sabe que é uma região de risco, que até determinadas horas da noite a gente sabe o que pode acontecer ali nas imediações da UBS, como também em algumas escolas e em outras unidades aqui da cidade de Feira Nova. Então diante disso a gente vem a essa Casa Legislativa, mais uma vez agradece ao Presidente pelo préstimo aqui, por convocar essa audiência pública aqui provocada por nós, em atendimento a demanda dos companheiros. A gente veio explicar primeiramente a previsão do direito de adicional de periculosidade tá lá na nossa lei orgânica da cidade de Feira Nova, no inciso quatorze e noventa e seis da lei orgânica Municipal "adicional de remuneração de atividades penosas e (insabe) digo, insalubres, ou perigosa na forma da lei federal" e mas adiante na lei quinhentos e quatorze de dois mil e doze no artigo cem do estatuto dos servidores públicos aqui do Município de Feira Nova artigo 62 que "habitualmente exercer as atividades consideradas perigosas e permanecer em área de risco, receberá adicional de trinta (por cento) digo, por cento, incidente sobre o vencimento de seu cargo." Isso é um direito do seu cargo de periculosidade que tá previsto, tanto na nossa lei orgânica quanto no estatuto dos servidores do Município, mas a gente aqui não veio (po) digo, propor algo que viesse a comprometer as finanças do Município, eu mais do que ninguém, sou especialista nessa matéria chamada direito tributário e direito financeiro, já desde aquela época que eu passei por aqui sem ter concluído a faculdade, mas a gente já era curioso nisso e quando a gente vai fazer o relatório de gestão fiscal do último quadrimestre do exercício de dois mil e vinte e um, nós vemos que o Município hoje tá numa situação, vamos dizer no ponto de vista do comprometimento da receita corrente líquida com despesa do pessoal, está numa situação confortável se- não vejamos relatório do terceiro quadrimestre de dois mil e um tá lá, receita corrente líquida no exercício de dois mil e vinte e um, cinquenta e oito milhões, cento e sessenta e oito mil, cento e vinte e nove reais e vinte dois (centavos) digo, centavos, a despesa total com o pessoal ficou em vinte e cinco milhões, setecentos e setenta mil, setecentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos, o que corresponde a quarenta e quatro pontos trinta por cento, a lei de responsabilidade fiscal prevê que o limite Prudente social que nós temos dois limites, limite prudencial e limite máximo, o limite providencial está situado em cinquenta e um pontos trinta e o limite máximo cinquenta e quatro por cento, o poder Executivo tem de comprometimento com despesas de pessoal, vocês podem ver aí que o Município de Feira Nova, ele está numa situação confortável, com relação aos limites de



comprometimento de despesa de pessoal, senão sejamos mais adiante e essa aí é nossa estimativa. Hoje considerando os vinte e cinco companheiros efetivos da guarda Municipal de Feira Nova, caso seja implantado, a gente tem aí um comprometimento de zero ponto zero, zero três por cento da receita corrente líquida do Município, tomando por base no quadrimestre de dois mil e vinte um, com despesa de pessoal, quando a gente vem propor isso aqui, a gente vem propor com responsabilidade, a gente vem demandar junto ao Município algo que não vai comprometer de maneira nenhuma as finanças do Município, pelo contrário nós não estamos (falanda) digo, falando de uma categoria privilegiada como outras aí que recebem salários vultuosos, não vou dizer que categoria é essa. Até outro dia teve uma briga lá na Câmara de Limoeiro, categoria que recebe sete, oito, mil reais, muitas vezes não comparece ao serviço, inventam readaptação, essa categoria que está aqui não, é uma categoria sofrida, é uma categoria que hoje recebe um salário mínimo, é uma categoria que merece respeito de cada cidadão feiranovense e vocês me fizeram vima Feira Nova, desde um tempo atrás, semanas antes de Jorge me manter em contato, a gente manteve contato com uma pessoa daqui de Feira Nova depois desse contato, Jorge me liga, falei será que algo tá sinalizando que é pra voltar a frequentar o Município de Feira Nova e a gente tá aqui nessa luta mais uma vez. Digo que depois do período que passei por aqui, as portas se abriram novamente. Digo que esse símbolo que tá no Brasil, no Município de Feira Nova acredito que é uma folha de um pé de mandioca, não é uma folha de um pé de mandioca é um trevo de quatro folhas, muita coisa boa aconteceu depois de nossa passagem por aqui neste Município de Feira Nova, é abençoado não só por São José mas também por Deus e por cada feiranovense que todos os dias faz da sua vida, uma luta diária e a gente precisa desse Município e falo com muita franqueza, que esse Município merece dá um pouco mais de oportunidade aos seus, a gente precisa criar oportunidades nesse Município, o Município de Feira Nova não pode ser só da gente que vem de fora e passa por aqui, mas o Município é de cada um de vocês, que tem que respeitar, esse Município tem história, saber o que é cultivado, aqui consome neste Município a farinha, que a gente come lá em Limoeiro, em Carpina, é um produto genuinamente feiranovense, é com toda essa luta que a gente vem travando, solicitando ao Município o atendimento dessa demanda da nossa, que como eu já disse, vim aqui com responsabilidade que está dentro do limite do Município, o limite legal que hoje não comprometerá suas finanças Municipais, pelo contrário o Município hoje tá numa situação confortável para o atendimento dessa demanda dos companheiros guarda-Municipais de Feira Nova, é isso que temos a dizer a gente fica na expectativa para as indagações. Usou da palavra o Secretário de Finanças senhor Valter Cruz, saúda a todos os presentes e aos internautas que assistem pelas redes sociais, dizendo que nós recebemos a demanda da Guarda Municipal, acho que foi no finalzinho de dois mil e dezenove se não estou enganado que houve esse debate, em dois mil e vinte nós tivemos infelizmente o início da



pandemia, aí houve uma recomendação do Tribunal de contas para que não fosse dada nada que pudesse operar a mais a folha, então gratificação e demais adicionais noturnos, além do que já havia dado enfim uma série de benefícios aos servidores. Vocês se (lemba) digo, lembram nesta Casa que em dois mil e vinte nós inclusive a primeira recomendação do Tribunal de Contas suspendia até os salários dos professores, o reajuste do peso dos professores, acho que não foi nessa (lex) digo, legislatura, mas os nossos Vereadores que estavam na época se lembram que nós mandamos o projeto de lei com o reajuste do piso, depois veio a recomendação do Tribunal de Contas. A Câmara Municipal aprovou o projeto e o Prefeito Danilson Gonzaga vetou, depois do Tribunal de Contas mudam o entendimento, né. E aí procurei cada Vereador da época, disse que existe uma mudança do entendimento do Tribunal de Contas e aí os senhores Vereadores podem derrubar o veto do prefeito, vocês se lembram dessa conversa e mostrei o parecer do Tribunal de Contas o que podia e o que não podia dá gratificação, só ficava de fora apenas os professores e os agentes comunitários de saúde. Isso transcorreu ao longo de dois mil e vinte todinho. A gente não precisa falar como foi dois mil e vinte aqui no Brasil e no mundo. E aí a gente voltou a debater o assunto foi pro jurídico da prefeitura e o entendimento do jurídico é realmente a gente não poderia mandar projeto de lei dando nenhum tipo de remuneração tipo de gratificação e etc... E aí vocês se lembram também que no final de dois mil e vinte Paulo Guedes e o governo Bolsonaro aprova um apoio financeiro aos Municípios, mas aí ele disse que a gente vai dá o apoio financeiro aos Municípios, mas em compensação os Municípios vão se comprometer a não dar nenhum tipo de reajuste que possa aumentar a folha dos seus funcionários, foi porque dois mil e vinte e um não houve reajuste do piso dos professores e etc... Aí a gente ficou novamente a se encontrar com a equipe de Dr Márcio, agente formalizou qual era a posição da prefeitura naquela época e assim foi a nossa conversa, nossa posição oficial da prefeitura para o assunto da guarda Municipal, foi assim a nossa posição para os conselheiros tutelares, vocês não se lembram porque não houve necessidade de audiência pública. Mas a mesma posição que a gente deu a guarda, a gente também deu aos conselheiros tutelares, não vai poder dá, atender a demanda de vocês por conta que há um impedimento de uma lei maior que impede. Agora nós temos o compromisso de tão logo essa situação passar a gente vai sim rever essa questão do conselho tutelar e da guarda municipal certo. Então é o velho debate, digo velho debate porque é sempre o debate, a questão do piso salarial, vocês tiveram aqui nessa Casa e nós tivemos um grande debate dias atrás, próximo ano tem outro debate certo! Esse não foi o único, quem é Vereador veterano aqui sabe, todo ano é esse mesmo assunto e faz parte, nós sabemos que faz parte da atividade política, tanto o executivo, quanto o legislativo a reivindicação dos servidores e nós enviamos para está Casa o Projeto de Lei atendendo a quase noventa por cento das demandas dos conselheiros tutelares, certo? Os senhores aprovaram eles não houve problema, temos



o problema de sistema esse mês de Março, eles não receberam um novo salário, receberam em abril e o retroativo do mês de março. E a Guarda Municipal Valter? O Prefeito já decidiu o valor, Dr Márcio e todo mundo da Guarda espera o Projeto de Lei/ dando os trinta por cento da retificação da periculosidade chega amanhã aqui na Casa legislativa, certo? Agora veja bem nós estamos enfrentando, diria até Dr. Túlio, que a gente vai começar a sentir ainda, a gente e a população não sentiu ainda, mas vamos começar a sentir Dr. Márcio, uma, eu diria na minha grande ignorância, mas uma ressaca da pandemia, porque a pandemia ela tá indo com a graças de Deus tá indo embora, mas tá deixando pra trás uma um grande problema financeiro para os Municípios, Estados, União, enfim! Fora os problemas de saúde por aí afora. Nós estamos com problemas por exemplo, temos um alto consumo de energia, tá um absurdo o consumo de energia, para vocês terem uma ideia a Escola João Murilo gasta por mês oito, nove mil reais de consumo de energia, então o custo da máquina está pesado e tudo isso implica porque essa gratificação não vem recurso a mais para eles é do próprio recurso que a prefeitura tem que vai dá essa gratificação, então o projeto de lei Dr. Márcio está vindo pra (esla) digo, essa Casa e vai ser dividido em duas parcelas essa gratificação dos trinta por cento, tá certo! O Projeto de Lei está chegando aqui amanhã de manhã na Casa e o Prefeito decidiu, vai ser dado os trinta por cento da gratificação. Então vai ser dado quinze por cento este ano e quinze por cento no próximo ano, mas o próprio Projeto de Lei já está definindo no popular já está amarrando que em dois mil e vinte e um tem que ter os (oul) digo, quinze por cento, entendeu Dr Márcio, o contexto a matéria do projeto quando chegar aqui vai tá muito claro para vocês. Tá concedido os 30% de gratificação, inclusive ele vai contemplar não só os efetivos como aqueles que são contratados, vai contemplar quem estiver no exercício da atividade de Guarda Municipal. Então o texto é muito claro, dizer para vocês também o seguinte que está em andamento uma licitação de locação de veículos dentre os carros que serão locados, vai um carro novo para Guarda Municipal, o Prefeito ainda vai decidir qual é o tipo de carro, já ficou acertado que vai ser carro novo. O prédio onde funciona a Guarda Municipal, a antiga delegacia, o nosso setor de engenharia já está concluindo essa semana uma reforma no prédio, a gente vai reformar aquele prédio, pintura nova, trocar cerâmica, resolver o problema da água, a gente vai dá uma melhorada no prédio onde funciona a sede da Guarda Municipal. O concurso público o Dr. Márcio, dia 25 desse mês acontece a licitação onde vai ser escolhida a banca, está previsto o concurso para Guarda Municipal. Então são assim medidas importantes que precisam de estrutura financeira para gente implementar o motivo de ter dividido os trinta por cento, foi porque com concurso, novos guardas vão entrar, quer dizer, o percentual do gasto também vai dá uma subidinha então pra gente encontrar o equilíbrio financeiro, é não sou um tipo de secretário e nós não somos o tipo de gestão que gosta de jogar para plateia, ou seja bonito e sem ter a responsabilidade, vender fantasia essa a palavra mais correta, vender uma fantasia



que tudo está uma maravilha, a gente vai fazer, mas temos a responsabilidade com os recursos públicos, porque no final do mês tem salário para pagar, final de ano tem décimo para pagar e tudo isso implica em responsabilidade financeiro, então já atendi por diversas vezes, vários membros da guarda, Nivalmir, Betinho, seu (Inho)digo, Ino, e outros lá na nossa sala, a gente enfim estamos resolvendo esse assunto, vamos conceder essa gratificação!Enfim, quero me colocar à disposição pra eventuais dúvidas. Usou da palavra o Vereador Túlio da Silva Barros, saúda a todos presentes e aos internautas das redes sociais, convidados e pergunta a Dr. Márcio se o risco está previsto como o senhor mostrou tanto na lei orgânica como no estatuto dos servidores públicos do Município de Feira Nova. Seria necessário uma lei específica para regulamentar isso ou o Município se quisesse já poderia pagar esse valor de trinta por cento ou na legislação que já existe?O advogado Dr Márcio respondeu que acredita que o estatuto dos servidores do município regulamenta o que tá previsto já na nossa lei orgânica daqui do Município artigo cem do estatuto do servidor já faz essa regulamentação. Porque carecia de regulamentação se a gente se remetesse na lei orgânica, em dois mil e doze regulamentou um desses direitos regulamentado sobre o direito de adicional de periculosidade. Então a lei específica é o estatuto do servidor público do Município, como a gente aqui não tem o estatuto próprio dos guardas Municipais, o estatuto engloba todas as categorias dos servidores. O Vereador Túlio Barros, falando que se o estatuto diz que é trinta por cento e um projeto de lei diz que vai quinze por cento esse ano, nós vamos ter um problema. O estatuto do servidor diz trinta por cento e vai ter uma lei dizendo que é quinze por cento, se a gente também não precisa desse projeto de Lei para pagar os trinta por cento, como o senhor acabou de dizer, então os vinte e cinco guardas tem direito de receber esse retroativo! Isso é quanto? Qual é a sua posição como presidente, advogado da instituição? O advogado Dr Márcio fala que já expõe para alguns companheiros mas redes sociais como um grupo que a gente tem da guarda (Município)digo, Municipal de Feira Nova, já expõe que aquele que quiser judicializar a questão da cobrança de valor de retroativo o direito é dele, quem estiver no executivo Municipal da prefeitura aqui de Feira Nova, no momento que o processo transitar em julgado ele vai ter que pagar seja ele vermelho, amarelo, azul, quando o processo chegar lá tem que pagar. O vereador Túlio Barros falou sobre aposentadoria especial!O supremo decidiu que o guarda por si só não teria direito a aposentadoria especial se ele não estivesse em exercício de atividade de risco.No caso a lei especial aqui eu acharia importante para a gente enquadrar porque na reforma da previdência tivemos a maior preocupação, a gente entrou em contato com os vereadores para que o guarda Municipal tivesse o direito da aposentadoria especial, no final das contas não vai ser grande coisa porque a lei alterou tanto, mas acho que no final das contas que o guarda tiver tudo certinho, vai se aposentar seis anos antes, a idade mínima é sessenta e cinco e vocês vão se aposentar com cinquenta e nove, é um avanço. O advogado Dr. Márcio fala que aqui tem um



grande grupo que ingressou nos anos de mil novecentos e noventa e cinco e dois mil, o grupo mais recente ingressou em dois mil e sete e dois mil e oito quando ingressou Jorge o mais novos, mais antigo é aquela turma que entrou até dois mil, que foi no último concurso que o prefeito ainda era Jairo Gonzaga. Usou da palavra a Vereadora Edinilce Cândido Gonzaga Pereira, saúda a todos os presentes, aos internautas e aos convidados, dizendo que gostaria de parabenizar os guardas Municipais que estão lutando pelos seus direitos e diz que esse requerimento que foi entregue a vocês é um segundo requerimento que fiz solicitando essa regulamentação do adicional de periculosidade em dois mil e dezenove fiz essa solicitação, aí em dois mil e vinte veio a pandemia como o secretário Valter Cruz falou ficou suspensa todas as despesas, esse ano fiz novamente e graças a Deus vocês vão conseguir o que tanto almeja, todo mundo quer uma gratificação e se Deus quiser vai chegar na Câmara amanhã, tenho certeza que todos os colegas irão votar e eu estou aqui com o maior prazer para dá o reajuste que vocês merecem servindo aí um dos guardas Municipal compadre Manoel, seu Ino, todos então estão de parabéns e estamos aqui, eu sou a primeira a voltar a favor do reajuste de vocês. Usou da palavra o Vereador Amauri da Silva França, saúda todos os presentes, aos internautas que assistem pelas redes sociais e os convidados, dizendo que é uma honra participar dessa audiência pública hoje da reivindicação de vocês, sei que todos os trabalhadores merecem ser bem remunerado por prestar um serviço melhor com a nossa população, hoje vocês sabem que a violência está muito grande, nós hoje temos uma deficiência muito grande da Polícia Militar e é vocês que ficam por aí, eu passo e vejo vocês ali no Jacaré, arriscando a vida de vocês para dar uma segurança a população e acho que como Valter Cruz falou não tem condições de dar trinta por cento esse ano, vai dar quinze por cento (e q) digo, esse ano e quinze por cento próximo ano, mas acho que a prefeitura fizesse um esforçozinho pagava os trinta por cento, porque o advogado disse que vocês têm muitos anos de atraso. Acho secretário que se tiver condições é melhor dar logo os trinta por cento, porque esse pessoal precisa, para prestar melhor qualidade de serviço para nossa população, meu muito obrigado. Usou da palavra o Vereador Bruno Chaves Travassos de Santana, saúda a todos presentes, aos internautas que assistem pelas redes sociais, e os convidados, o mesmo fala que está muito feliz por ver mais uma categoria na Casa buscando seus direitos, os agentes de saúde, os professores, os conselheiros tutelares e agora a aguarda Municipal, fico muito feliz de estar discutindo essas questões com a categoria toda presente aqui, porque a gente pode escutar, discutir as (reivindincação) digo, reivindicação de vocês e (en)re) digo, entender sempre que vem um projeto de remuneração que diz respeito a categoria, digo que o voto não é do Vereador, o voto é da categoria, a gente tem que ouvir vocês, ver se vocês estão de acordo com o que está chegando aqui na câmara, porque é uma coisa que vai impactar diretamente a vocês, o voto é meu aqui na câmara, mas o voto tem que ser com o que vocês tiverem de acordo, se vocês estiverem de acordo, vou votar a favor, se vocês for contra eu vou



votar contra, sei que aqui o meu voto é da categoria, queria demonstrar meu apoio aqui a vocês, dizer que é uma luta que já vem de muitos anos . Pergunta ao secretário Valter Cruz, qual posicionamento da prefeitura em relação a esse retroativo que foi debatido aqui e se a prefeitura tem no planejamento fazer os pagamentos desses anos anteriores ou pelo menos o que diz respeito até o de dois mil e vinte e dois se ainda não tá no plano de pagamento da prefeitura essa questão do retroativo?O secretário Valter Cruz, dizendo que pensando no equilíbrio das contas públicas por conta da oscilação da receita corrente líquida bem lembrado pelo Vereador Túlio Barros que a gente tá indo com cautela porque Vereador, se eu disser sim a tudo que eu recebo de pedido vai faltar dinheiro pra pagar o fulano no final do mês , eu me lembro que quem disse essa frase que eu decorei até hoje foi o ex-ministro Antônio Palocci, "se eu dissesse sim a tudo que me chega vai (falta) digo, faltar dinheiro pra pagar os funcionários no final do mês".Então a palavra chama-se equilíbrio financeiro. Tem coisa que tem que dizer sim. Outras não. Outras assim em partes. Outras não em partes. Está aí o nosso diretor de controle sabe que quando que quando chega a listinha, isso aqui pode, isso aqui não pode. Então a grande palavra é a responsabilidade pública com os recursos públicos, essa questão de um possível retroativo é um assunto que precisa ser amadurecido juridicamente. A gente tá aberto é uma conversa jurídica entre o jurídico da associação e o jurídico da prefeitura o diálogo sempre teve aberto, eu disse aos guardas, aos professores, aos conselheiros tutelares, em momento algum porque quem gosta de conversar tá aqui, agora a gente precisa encontrar o equilíbrio orçamentário financeiro e que a gente tenha condições de honrar o compromisso financeiro todo mês com os servidores. Usou da palavra a Vereadora Josileide Medeiros da Silva, saúda a todos os presentes, aos internautas das redes sociais e aos convidados, pergunta para o secretário Valter Cruz, eu escutei um pouco da sua parte e da parte do Advogado né? Então assim o que encasqueta é o seguinte toda vez que chega projeto nessa Casa, sempre tem dificuldade a gente sabe a maioria é por direito quando vem e o servidor vem (reinv) digo, reivindicar, vem cobrar de nós e nós temos que cobrar do gestor e quando chega o projeto na Casa sempre há dificuldade, a gente sabe que quando for fazer faz e que quando quer gerar despesa vocês não gera! Agora assim acho muito errado porque você disse aí que vai ter concurso esse ano, então normalmente vai sair um monte de guarda que é contratado, a gente sabe que vai ter de sair pra entrar os que vão passar no concurso. Ai vai um projeto de quinze por cento esse ano e para dá quinze por cento o ano que vem e quem trabalhou esse ano e que vai sair aí não vai receber o restante que é de direito. É isso que quero perguntar se o projeto amarra isso ou não?Tipo o que vai trabalhar esse ano que tem direito as duas parcelas, como o Vereador Amauri falou que eles vão perder mais um ano e se eles sair o que acontece?O secretário Valter Cruz, dizendo que os guardas que vão sair são os contratados, esse pessoal aqui não vai sair porque todos são efetivos, os que vai deixar o cargo o ano que vem que são os contratados por haver o concurso não



vão receber ano que vem. Os contratados irão receber os quinze por cento este ano. A Vereadora Josileide Medeiros, dizendo que pra deixar mas que expresse meu voto como eu sempre falo que voto de acordo com a categoria, igual o Vereador Bruno Chaves falou, então assim eu preciso saber na verdade depois quero escutar eles, se eles concorda dessa forma, porque se for bom para eles vocês podem contar com o meu voto que vou dá aqui, mas se eles disser que não, vou dizer não também, porque eu acho injusto trabalhar esse ano receber quinze por cento e saindo não pode receber mais (os) digo, o (quin)digo, outro quinze por cento. O secretário Valter cruz, disse que o que acha que é mais injusto é ter uma lei em dois mil e doze e que só agora que tem que ser implantada. Osou da palavra o Vereador José Araújo Lima irmão, saúda a todos os presentes, aos internautas das redes sociais e os convidados, dizendo que sempre debateu com guardas Municipais pois ele já tem vários anos na Casa e todo ano sempre chegam pra perguntar sobre os direitos deles, os funcionários tem que entender que a gente não pode complementar despesa da prefeitura tem que partir da prefeitura (co)digo, mo o nobre colega citou que vai vim um projeto pronto para ser aprovado pela Casa e a gente aprova, agora se partisse da gente Vereador por mais que alguns tenhaa boa intenção, vontade não pode obrigar o Prefeito a pagar, porque esse projeto tem que partir da prefeitura para a câmara era isso que eu sempre discuti com os guardas e dizia que eles tinham que ir na prefeitura conversar com o prefeito, meu voto é garantido. Usou da palavra o Vereador Josenildo Taurino de Paula, saúda todos os presentes, aos internautas das redes sociais e aos convidados, falando que o ser humano que ganha um salário mínimo, e além de ser um salário ainda tem desconto . E dizer a vocês uma coisa é um desabafo, eu sei o sistema da prefeitura que as coisas não é (facul)digo, fácilpra ninguém a gente sabe, agora é uma vergonha porque um salário mínimo para o trabalho que vocês exerce no nosso Município tem que ter respeito e esse respeito conte comigo não só nesses trinta por cento mas outros virão e a gente abraçar e conseguiu os objetivos de vocês. Usou da palavra o Vereador Marcone da Silva Almeida, saúda a todos os presentes, os convidados e aos internautas das redes sociais, dizendo que ele como ex-guardaMunicipal sabe muito bem como é, o que eles estão querendo desse risco, não é fácil ser guarda Municipal, trabalhar na ronda, trabalhar nos prédios, desarmado sem nem sequer ter direito de um risco de vida, como Vereador estou aqui pra apoiar e votar no que for melhor pra vocês. Usou da palavra o Vereador Marcelo Coelho da Silva cumprimentou o presidente, aos Vereadores, a todos presentes, os convidados e aos internautas das redes sociais, dizendo que hoje tem uma Câmara unida, aberta a diálogo, quero agradecer a gestão que sempre está aberta a diálogo, e podem ter certeza que a gente sempre estaremos unidos para escutar vocês sempre. O que vim pra favorecer vocês estaremos juntos. Usou da palavra o secretário Valter Cruz, agradecendo o convite e parabeniza a Câmara pela iniciativa, e diz que sempre estará à disposição. Usou da palavra o advogado Dr. Márcio Roberto, agradece ao presidente e aos demais que



abriram a possibilidade de debate nessa audiência pública e a presença dos guardas Municipais de Feira Nova. Usou da palavra o guarda Municipal Sebastião, boa noite ao presidente, em especial minha categoria o qual faço parte e a todos presentes, pergunta ao secretário Valter Cruz, o Município está preste a fazer o concurso público a gente sabe que aquele que não passar no exame vai deixar o cargo, ele falou quinze por cento esse ano e quinze por cento (que ve) digo, ano que vem, as minhas perguntas são, eles vão deixar caso não passar? Obviamente alguém vai ocupar o cargo? Porque não implementar esses trinta por cento, agora (que) digo, uma vez que esse que sai não vai receber, não vai ter retroativo para ele? Porque não deixar esse trinta por cento amarrado com a categoria nesse projeto fazer essa modificação, alteração e conceder esse trinta por cento que está previsto? Porque quantas vagas são oferecidas? E quantos contratos nós temos? Nós somos em 25 efetivos e temos 40 contratados. Vai abrir 40 vagas? Usou da palavra o guarda Municipal seu Ino, pergunta o porque de não implantar essa lei logo que (a ges) digo, o gestor assumiu, se essa lei existe desde dois mil e doze é mau vontade porque dinheiro tem, porque a prefeitura sempre emprega gente e com o salário melhor que o nosso. Nada contra o gestor, só estou brigado pelo nosso direito. O secretário Valter Cruz, fala que enfim o projeto de lei dando os trinta por cento chega a essa Casa amanhã e não veio no final de dois mil de dezenove e dois mil e vinte por conta do sistema financeiro e se tiver alguma alteração comunico. Ainda faltada a palavra e não sendo mais usada, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e diz que ficou muito feliz por essa audiência pública e suspendeu a reunião para que fosse feita a lavratura desta ata. Reaberta a reunião foi feita a leitura da ata que após lida e achada foi (feita a leitura da ata) digo, aprovada e assinada pelo senhor Presidente, 1ª Secretária, 2º Secretário e Vereadores presentes. Feira Nova-PE, 4 de abril de 2022.

Feira Nova, 04 de Abril de 2022.

Josenildo Taurino de Paula
Presidente

Josileide Medeiros da Silva
1ª Secretária

Marcelo Coelho da Silva
2º Secretário